

Brasil faz proposta inovadora de negociação da dívida

Brasília — Leopoldo Silva

Madalena Rodrigues

BRASÍLIA — O governo brasileiro propôs ontem aos bancos privados credores do país no exterior o pagamento da dívida externa do setor público — com aval do Tesouro Nacional — através da emissão de bônus com três prazos diferentes de vencimento. O débito global a ser negociado é de US\$ 53,5 bilhões, além de US\$ 10 bilhões de juros atrasados até o final deste ano. A proposta, que é possivelmente a mais ousada já feita pelo Brasil à comunidade financeira internacional, pois, na prática, elimina a possibilidade de pagamentos ainda este ano, foi apresentada ontem à tarde, em Nova Iorque, ao Comitê Assessor de negociação da dívida e, simultaneamente, divulgada em Brasília pela ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello.

O Brasil inovou, também, ao não estabelecer nenhuma meta para pagamentos de seus compromissos externos em 1991 e nos anos seguintes. Compromete-se apenas a recolher os atuais títulos da dívida externa, substituindo-os por três novos papéis, com prazos e remuneração diferentes, a serem resgatados na data de vencimento ou através de leilões trimestrais. Quanto mais longo o prazo de vencimento, será maior a taxa de juros com o objetivo de alongar a dívida. Os valores a serem resgatados anualmente e o nível do deságio seriam fixados nesses leilões. Mas sempre de acordo com a capacidade anual de pagamento do setor público brasileiro, em valores crescentes a cada ano.

- Trata-se de uma programação de médio e longo prazos, baseada no fato de que o Brasil não tem um problema estrutural de insolvência. O país pode ter um crescimento auto-sustentável por muitos anos, mas tem problemas de liquidez - afirmou a ministra da Economia. Ela revelou que a promessa anterior do Governo de destinar recursos para um "provisionamento", com o objetivo de iniciar o pagamento aos credores internacionais foi totalmente abandonada. O país igualmente não irá pleitear qualquer redução da dívida. Na prática, essa redução virá através do resgate de títulos nos leilões, onde esses papéis (a exemplo do que ocorria nos leilões de conversão) sofrerão uma redução automática do seu valor de face.

Atrasados — Recusando-se a for-



Proposta de Zélia não prevê pagamento para este ano

necer detalhes que, por enquanto, são conhecidos apenas pelos credores, Zélia explicou que os juros atrasados devidos pelo Brasil (cerca de US\$ 8 bilhões) estão automaticamente incluídos nessa "engenharia financeira". Ela esclareceu que o esquema proposto ao Comitê Assessor significa a revisão completa do acordo firmado com os bancos pelo governo Sarney, em 1988. E anunciou uma outra surpresa: quebrando o esquema dos acordos tradicionais, o país deverá considerar que, a partir de abril do próximo ano, todos os empréstimos de curto prazo de bancos estrangeiros passam a ser voluntários.

Esses financiamentos, conhecidos como recursos dos "projetos 3 e 4", foram originalmente negociados pelo ex-ministro Delfim Netto e destinam-se a financiar importações e exportações brasileiras e à ajuda financeira a agências de bancos brasileiros no exterior. A liberação dos credores em relação a esse compromisso, no entanto, ainda depende de se encontrar uma solução satisfatória para manter a liquidez dos bancos brasileiros que operam fora do país. Zélia negou-se a revelar, no entanto, que tipo de solução está sendo negociada com essa finalidade.

Uma outra inovação anunciada pela ministra: toda a dívida de empresas priva-

das brasileiras com o exterior está fora dessa negociação. Essa decisão deixa as empresas privadas livres para renegociar seus próprios débitos - da ordem de US\$ 9,4 bilhões - ou pagá-los com recursos gerados por elas mesmas. Os pagamentos em atraso de todo o setor privado, cujos cruzeiros já estão depositados no Banco Central, começarão a ser liberados a partir de uma data que será definida na negociação com o Comitê Assessor da Dívida Externa e com base num cronograma a ser definido pelo Banco Central.

O primeiro dos três tipos de papéis a serem trocados pela dívida externa é o chamado **Zero Coupon Bond**, que terá longo prazo de vencimento e uma remuneração de acordo com as taxas de juros do mercado internacional. No segundo tipo estão os **Exit Bonds**, com prazos um pouco mais curtos e taxas de remuneração compatíveis com o tempo para resgate. O terceiro tipo não chegou a ser especificado pela ministra, mas será uma opção intermediária entre os dois outros tipos de papéis. Todos eles, no entanto, somente serão resgatados de acordo com a capacidade de pagamento do governo, calculada a partir dos superávits obtidos nas contas públicas, com o qual o governo comprará dólares para saldar esses débitos.